

**VEREADOR CLÁUDIO JANTA (SD) – Comunicação de Líder:** Sr.

Presidente, colegas vereadores, eu quero falar aqui de um projeto que está como o primeiro na ordem de priorização de votação de hoje, que trata sobre as normas gerais para o processo administrativo e normas especiais para a constituição de dívida não tributária no âmbito da Empresa Pública de Transporte e Circulação – EPTC. Nada mais é do que multas. Multas que a EPTC irá aplicar nos cidadãos e que exige uma série de práticas de uma cidade que diz que é altamente tecnológica e essa cidade não consegue migrar para a EPTC os dados do cidadão através do IPTU e do IPVA. Quer que cidadão comunique à EPTC seu endereço, endereço eletrônico, uma série de coisas. Mas também mexe em várias leis aqui desta Casa, lei recente, como a lei dos táxis. A minha sugestão ao governo é de liberar os táxis; a única coisa que diferencia os táxis dos aplicativos na cidade de Porto Alegre é a cor, o resto liberar, deixar os taxistas trabalhar. Não impor mais regras, normas, somente onde prevê as penalidades; são um alfabeto, vai da letra “a” até a letra “h” e sem falar os parágrafos das penalidades que vão do 1º ao 17ª. É muita penalidade, muito parágrafo, e o pior de tudo: o governo pede para efetuar as penalidades, as multas, a suspensão, através de decreto. Como assim, se estou errado, se eu estou dirigindo no celular, não precisa de decreto, eu estou sem cinto de segurança, não precisa de decreto, se eu parei com meu carro numa faixa de segurança, não precisa de decreto, se eu cometi uma infração, não precisa de crédito, mas o governo quer legislar sobre táxi, ônibus, lotação, transporte escolar, aplicativo e o cidadão por decreto. E quer que esse cidadão faça o seu cadastro, sendo que o governo tem, no mínimo, duas, três ou quatro plataformas, se quiser, para esse cidadão: IPVA, 1; IPTU, 2; luz, 3; DMAE, 4! Quatro formas de cadastrar automaticamente, tendo os dados desse cidadão. E o governo quer que o cidadão faça esse cadastro, o governo quer administrar as multas da cidade de Porto Alegre por decreto! Uma carta em branco, dada ao Executivo, seja esse ou o que vier. A minha sugestão para o Executivo, este ou o que vier, é que libere o sistema de transporte de Porto Alegre, tire tudo que os táxis têm: taxímetro, vistoria, TGO, uma série de coisas; deixe táxis e aplicativos trabalharem de igual para igual. Que o governo discuta de fato a questão de transporte, não venha pedir para essa Casa lá no orçamento, um

cheque em branco, para tratar do que tem no orçamento para resolver o problema de transporte de Porto Alegre.

Outra sugestão que eu faço é que a Prefeitura tire o ISSQN do sistema de transporte Porto Alegre, que o governo do Estado tire o ICMS do transporte público, não somente de Porto Alegre, mas de todas as cidades do Rio Grande do Sul e que todo dinheiro arrecadado no sistema de transporte, com publicidade interna e externa, vá para passagem. E além disso, que faça um consórcio de fato para comprar peças, para comprar carroceria, comprar pneu, não, eu acho que tudo isso irá facilitar a vida dos transportadores, assim como os taxistas e o pessoal das lotações. Agora, um cheque em branco, um cheque nominal... (Som cortado automaticamente por limitação de tempo.) (Presidente concede tempo para o término do pronunciamento.) Então, que o governo faça uma grande mesa de negociação com esta Casa, com a Associação de Transportadores de Passageiro, com sindicatos e associações de taxistas, associações dos aplicativos, das lotações, dos transportes escolar, todos envolvidos, patinete, bicicleta, todos envolvidos na questão do transporte de Porto Alegre, e faça uma mesa para gente sentar e ver esse interesse público de toda a população de Porto Alegre, seja os que usam ônibus, seja os que andam de patinete, seja os que usam táxi, os aplicativos, os que andam de lotação, de bicicleta e até as pessoas que andam a pé. Nós temos que discutir a mobilidade em Porto Alegre. Não é um projeto de cada vez tentando discutir o tema e nós não vamos chegar a lugar nenhum. Por decreto, eu acho muito difícil acontecer as coisas nesta cidade. Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Texto sem revisão final.)